O despertar do Sul Global e o protagonismo brasileiro

El despertar del Sur Global y el protagonismo de Brasil

The Rise of the Global South and Brazil's Leadership

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro

Resumo: O Sul Global vem consolidando uma ofensiva diplomática para reformar a governança global. Nesse cenário, o UNOSSC evolui de entidade administrativa para um centro de inteligência financeira, gerindo fundos estratégicos (PGTF, IBSA, Índia-ONU) e fomentando corredores digitais para assegurar a soberania de dados do Sul.

As declarações do G-77 e China no período reafirmam a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza nas reformas da ONU. O Grupo defendeu processos liderados por Estados-membros, exigindo democratização tecnológica, justiça orçamentária e maior representação geográfica para garantir a implementação de mandatos essenciais.

O MNA consolida-se como promotor do multilateralismo, defendendo a segurança regional e a reforma da ONU80, enquanto lidera a resistência ao protecionismo na OMC. Paralelamente, a NAMYO reforça o protagonismo de 1,2 bilhão de jovens na Agenda 2030, defendendo o acesso à educação e ao trabalho digno.

O Brasil, através da ABC, vem liderando projetos de alto impacto, como a formação de recursos humanos em saúde com Angola, a capacitação em reanimação neonatal em Moçambique e a projeção, via Fiocruz, da expansão do ensino técnico em Luanda. Na agenda socioambiental, o novo acordo Brasil-FAO expande o modelo de alimentação escolar do FNDE, enquanto a parceria com o Peru foca no trabalho decente na Amazônia sob supervisão da OIT.

Complementarmente, o Centro Sul apresentou lições sobre Resistência Antimicrobiana e defendeu a transição da governança tributária global para a ONU. Juntos, esses atores transformam a soberania formal em capacidade operacional, consolidando o Sul Global como polo autônomo na ordem multipolar.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen. *El Sur Global viene consolidando una ofensiva diplomática para reformar la gobernanza global. En este escenario, el UNOSSC evoluciona de una entidad administrativa a un centro de inteligencia financiera, gestionando fondos estratégicos (PGTF, IBSA, India-ONU) y fomentando corredores digitales para asegurar la soberanía de datos del Sur.*

Las declaraciones del G-77 y China en el periodo reafirmaron la centralidad del desarrollo y de la erradicación de la pobreza en las reformas de la ONU. El Grupo defendió procesos liderados por los Estados miembros, exigiendo la democratización tecnológica, la justicia presupuestaria y una mayor representación geográfica para garantizar la implementación de mandatos esenciales.

El MNA se consolida como promotor del multilateralismo, defendiendo la seguridad regional y la reforma de la ONU80, al tiempo que lidera la resistencia al proteccionismo en la OMC. Paralelamente, la NAMYO reforzó el protagonismo de 1.200 millones de jóvenes en la Agenda 2030, defendiendo el acceso a la educación y al trabajo digno.

Brasil, a través de la ABC, viene liderando proyectos de alto impacto, como la formación de recursos humanos en salud con Angola, la capacitación en reanimación neonatal en Mozambique y la proyección, vía Fiocruz, de la expansión de la enseñanza técnica en Luanda. En la agenda socioambiental, el nuevo acuerdo Brasil-FAO expande el modelo de alimentación escolar del FNDE, mientras que la alianza con Perú se centra en el trabajo decente en la Amazonía bajo la supervisión de la OIT.

Complementariamente, el Centro Sur presentó lecciones sobre la Resistencia Antimicrobiana y defendió la transición de la gobernanza tributaria global hacia la ONU. Juntos, estos actores transforman la soberanía formal en capacidad operativa, consolidando al Sur Global como un polo autónomo en el orden multipolar.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract. *The Global South has been consolidating a diplomatic offensive to reform global governance. In this context, UNOSSC has evolved from an administrative entity into a financial intelligence hub, managing strategic funds (PGTF, IBSA, India-UN) and fostering digital corridors to ensure the South's data sovereignty.*

The declarations of the G-77 and China during this period reaffirm the centrality of development and poverty eradication in UN reforms. The Group advocated for member-state-led processes, demanding technological democratization, budgetary justice, and greater geographical representation to ensure the implementation of essential mandates.

The NAM has established itself as a promoter of multilateralism, defending regional security and the UN80 reform, while leading the resistance against protectionism at the WTO. Simultaneously, NAMYO reinforced the role of 1.2 billion young people in the 2030 Agenda, advocating for access to education and decent work.

Brazil, through the ABC, has been leading high-impact projects, such as human resources training in health with Angola, neonatal resuscitation capacity-building in Mozambique, and the expansion of technical education in Luanda via Fiocruz. In the socio-environmental agenda, the new Brazil-FAO agreement expands the FNDE school feeding model, while the partnership with Peru focuses on decent work in the Amazon under ILO supervision.

Additionally, the South Centre presented lessons on Antimicrobial Resistance and advocated for the transition of global tax governance to the UN. Together, these actors transform formal sovereignty into operational capacity, consolidating the Global South as an autonomous pole in the multipolar order.

Keywords. *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

BOLETIM UNOSSC de fevereiro de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui

Após a publicação do Marco Estratégico 2026-2029 em fevereiro, o UNOSSC consolidou sua transição de uma entidade administrativa para um centro de inteligência e viabilização financeira. Os destaques desse período refletem uma tentativa de modernizar a cooperação entre os países do Sul Global para enfrentar a fragmentação geoeconômica.

Mecanismos de Financiamento Misto (*Blended Finance*)

O principal destaque foi a operacionalização de parcerias com bancos de desenvolvimento (como o NDB e o Banco Africano de Desenvolvimento). O UNOSSC passará a atuar como garantidor, utilizando seus fundos fiduciários para atrair capital privado para projetos de infraestrutura sustentável. Isso responde à demanda do G-77 por alternativas ao financiamento tradicional, que muitas vezes gera endividamento excessivo.

Os principais fundos geridos pelo UNOSSC são:

- **Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNFSSC):** Criado para promover e apoiar a cooperação técnica entre países em desenvolvimento.
- **Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero para a Cooperação Sul-Sul (PGTF):** Destinado especificamente ao G-77 para projetos de cooperação entre seus membros.
- **Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU:** Lançado para apoiar projetos que visam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em países parceiros.
- **Fundo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul):** Oficialmente chamado de Mecanismo IBSA para o Alívio da Pobreza e da Fome, este fundo financia projetos de combate à pobreza e à fome em outros países em desenvolvimento.

Além desses, o UNOSSC também estabelece arranjos especiais de gestão de fundos com outras fundações e entidades para projetos temáticos específicos, como o ambiente e mudanças climáticas.

O UNOSSC lançou uma iniciativa de “Corredores Digitais Sul-Sul”, focada em infraestrutura pública digital. O objetivo é permitir que países em desenvolvimento compartilhem soluções de governo eletrônico e sistemas de pagamento sem depender exclusivamente de tecnologias do Norte Global, garantindo que a governança dos dados gerados permaneça sob controle nacional.

Além disso, o UNOSSC intensificou sua produção de inteligência comercial e técnica. Em colaboração com o Centro Sul e a UNCTAD, o escritório começou a fornecer diretrizes para que

países de baixa renda negociem termos mais equitativos em investimentos estrangeiros, especialmente em setores de minerais críticos e transição energética.

Alinhado à Agenda 2030, lançaram programas integrados que conectam saúde pública (como o combate à Resistência Antimicrobiana) com segurança alimentar. A estratégia é romper com projetos isolados (“silos”) e promover soluções transversais que possam ser replicadas entre regiões com desafios climáticos semelhantes, como o Sahel e o Corredor Seco na América Central.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL EM SAÚDE



10 de março de 2026 – Fortalecimento da Cooperação Estratégica Brasil-Angola em Saúde: Cooperação Brasil-Angola para a formação de Recursos Humanos em Saúde 2026

O cenário da Cooperação Sul-Sul brasileira no primeiro trimestre de 2026 foi marcado pelo lançamento do novo ciclo do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola. Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelos Ministérios da Saúde de ambos os países, o programa consolidou-se como um pilar central do apoio brasileiro ao Plano Nacional de Formação de Angola, que visa capacitar 38 mil profissionais até 2030.

O ciclo de 2026 foi inaugurado formalmente na Faculdade de Medicina da USP, em evento que reuniu os Ministros da Saúde Alexandre Padilha (Brasil) e Silvia Lutucuta (Angola). A iniciativa mobilizou 771 profissionais angolanos em 66 instituições públicas brasileiras, reafirmando o caráter horizontal da parceria, na qual ambos os países se beneficiaram do aprendizado conjunto em gestão de sistemas de saúde.

A Atuação da Fiocruz



A Fiocruz reiterou sua importância estratégica com o início de novos mestrados e a realização de uma missão técnica em Luanda nos dias 3 e 4 de março de 2026. Na ocasião, o grupo de coordenação da cooperação discutiu a viabilidade de cursos ministrados diretamente em território angolano. O Secretariado de Estado de Saúde Pública de Angola indicou alto interesse em programas de formação voltados para a saúde pública e entomologia médica, visando fortalecer a vigilância epidemiológica e a sustentabilidade técnica local.



6 de março de 2026 – Expansão da Parceria Brasil-FAO: Transformação de Sistemas Agroalimentares

Durante a 39ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, o governo brasileiro, representado pela ABC/MRE, firmou um novo acordo estratégico com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O documento, assinado pelo Embaixador Ruy Pereira e pela Diretora-Geral Adjunta da FAO, Beth Bechdol, visa ampliar as iniciativas de Cooperação Sul-Sul voltadas ao combate à fome, à redução de desigualdades e à transformação sustentável dos sistemas agroalimentares.

Estiveram presente no evento, o Presidente Lula, a Primeira-dama, Rosângela "Janja" Lula da Silva, que é a Embaixadora da Alimentação Escolar Brasileira, reforçando o compromisso político do Brasil com a segurança alimentar global.

Histórico e Consolidação da Alimentação Escolar

A experiência brasileira em alimentação escolar, estruturada para a cooperação internacional desde 2006, serviu de base para as discussões. Com o apoio técnico e financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e em parceria trilateral com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil consolidou, nos últimos 18 anos, um dos modelos mais bem-sucedidos de compartilhamento de políticas públicas no Sul Global.

O novo acordo prevê o fortalecimento do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-FAO, mobilizando uma rede robusta de instituições brasileiras (como MDA, MDS, FNDE, Embrapa e Conab, entre outras). O objetivo central é converter o conhecimento técnico nacional em ferramentas de capacitação para outros países, promovendo políticas inclusivas que acelerem a erradicação da pobreza e a resiliência agrícola em escala regional e global.

Para saber mais: FAO / ONU Brasil e ABC.



6 de março de 2026 – Redução da Mortalidade Neonatal: Cooperação Brasil-Moçambique

A Agência Brasileira de Cooperação consolidou os resultados da parceria estratégica entre o Ministério da Saúde de Moçambique e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), voltada à redução drástica da mortalidade infantil no país africano.

O projeto concentrou esforços na capacitação de profissionais de saúde em reanimação neonatal e transporte de alto risco, com atuação direta nos polos de Maputo, Nampula e Beira.

O foco central da iniciativa foi enfrentar a asfixia neonatal, historicamente identificada como uma das principais causas de óbitos neonatais em Moçambique. Mais do que um treinamento técnico, a cooperação priorizou a formação de multiplicadores, capacitando instrutores locais para que o conhecimento seja replicado de forma autônoma e escalonável em todo o território moçambicano.

Sustentabilidade e Integração Acadêmica

Garantindo a continuidade e a atualização científica da rede, instrutores moçambicanos participarão do X Simpósio Internacional de Reanimação Neonatal, em Foz do Iguaçu.

Esta integração em fóruns globais de alto nível assegura que a expertise desenvolvida durante o projeto seja sustentada por uma rede de apoio técnico permanente, transformando a cooperação pontual em uma política de saúde pública duradoura.

Para saber mais, clique aqui.



5 de março de 2026 – Combate ao Trabalho Infantil e Forçado: Cooperação Brasil-Peru na Amazônia

No âmbito da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada em São Paulo entre 3 e 5 de março de 2026, o Brasil e o Peru formalizaram um projeto estratégico de cooperação para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado na região amazônica de Ucayali.

A iniciativa é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contando com o apoio técnico e operacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do PNUD.

Com duração inicial de 12 meses, o projeto foca no fortalecimento das capacidades institucionais e no desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas na Amazônia peruana. O objetivo central é o intercâmbio de experiências brasileiras bem-sucedidas para prevenir violações de direitos trabalhistas, beneficiando diretamente populações vulneráveis, com ênfase em mulheres, crianças e adolescentes do setor rural.

A parceria reafirma a importância da Cooperação Sul-Sul no enfrentamento de desafios transfronteiriços comuns. Ao engajar governos, empregadores e atores locais, o projeto busca consolidar o trabalho decente como pilar da justiça social na região amazônica, transformando a troca de conhecimentos técnicos em políticas públicas eficazes de proteção social e conformidade trabalhista.

Para saber mais, clique aqui.

GRUPO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Destaques do G-77

6 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a 2ª consulta informal sobre a revisão do ECOSOC/HLPF

O G-77 e a China enfatizaram que a revisão do ECOSOC e do HLPF deve ser um processo transparente, liderado pelos Estados-membros e baseado em negociações detalhadas, preservando a autoridade soberana das delegações.

O Grupo defendeu a manutenção da distinção entre os mandatos desses dois órgãos, alertando contra tentativas de fundir suas funções, o que poderia desequilibrar a arquitetura de desenvolvimento da ONU.

A prioridade absoluta deve ser o pilar do desenvolvimento e a erradicação da pobreza, reafirmando o papel do ECOSOC como o principal órgão para a cooperação econômica internacional. O Grupo apoiou fortemente o aumento da participação de especialistas do Sul Global e à transferência de recursos e parcerias para países em desenvolvimento, mas insistiu que qualquer mudança procedural, como na adoção da Declaração Ministerial, não deve enfraquecer o consenso político alcançado.

Em relação ao funcionamento do ECOSOC, o Grupo expressou preocupação com propostas que buscam "canalizar" resultados do Conselho para marcos nacionais de cooperação de cima para baixo, reiterando que esses marcos devem ser dirigidos pelas prioridades nacionais de cada país.

O G-77 e a China questionaram o aumento de poderes da Presidência do Conselho para alterar o calendário e manifestaram reservas sobre a integração excessiva de temas de ajuda humanitária, direitos humanos e segurança nas discussões de desenvolvimento, temendo que isso desvie o foco do mandato principal.

O grupo pediu maior engajamento com instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) e criticou o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais no desenvolvimento das nações do Sul.

Quanto ao HLPF, o Grupo reafirmou que o fórum deve ser a plataforma central para o acompanhamento da Agenda 2030, mantendo o caráter voluntário e liderado pelos países das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), sem a introdução de critérios de condicionalidade ou padronização.

Pediram mais clareza sobre a ausência de temas para os próximos anos e a inclusão de discussões específicas para países de renda média e em situações especiais.

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Por fim, solicitaram mais tempo para as apresentações das VNRs e maior apoio técnico da ONU para sua preparação, destacando que, restando poucos anos para 2030, a prioridade deve ser traduzir compromissos em implementação real, enfrentando desafios como o espaço fiscal limitado, a dívida insustentável e o acesso restrito à tecnologia.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da agenda: orçamento-programa para 2026 – combatendo o racismo e a discriminação racial, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China reconheceram os avanços no Plano de Ação Estratégico para enfrentar o racismo, destacando o papel do Escritório Antirracismo e a rede de defesa nas diversas sedes da organização.

O Grupo reafirmou sua oposição firme a todas as formas de discriminação racial e xenofobia, sublinhando que o combate a esses males é essencial para a credibilidade e eficácia das Nações Unidas. Embora acolha os esforços de conscientização e reforma institucional, o grupo enfatizou que as iniciativas devem ser implementadas de forma equilibrada e transparente, levando em conta as realidades dos funcionários vindos de países em desenvolvimento e priorizando o enfrentamento de vieses raciais sistêmicos no recrutamento e no acesso a oportunidades.

Acompanhando as observações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), o Grupo solicitou maior clareza analítica sobre a estrutura e o posicionamento do Escritório Antirracismo para garantir que ele cumpra seu mandato de forma eficaz. Apoiaram a coleta de dados relacionados a raça, de forma voluntária, anonimizada e agregada, para embasar políticas de inclusão e exigiu estatísticas detalhadas sobre a participação e a eficácia dos treinamentos antirracistas.

Além disso, o Grupo urgiu ao Secretariado que acelere a definição jurídica de discriminação racial como conduta proibida e alertou que as restrições de liquidez e as reformas da Iniciativa ONU80 não devem prejudicar a entrega desse mandato ou a diversidade do quadro de funcionários, reiterando o compromisso com um ambiente de trabalho baseado na igualdade e no respeito mútuo.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro das Nações Unidas – 15º relatório de progresso sobre responsabilidade: fortalecendo a responsabilidade no Secretariado da ONU, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China reafirmaram que a autoridade concedida aos gestores deve ser acompanhada por responsabilidade e transparência, exigindo que os altos funcionários entreguem resultados concretos de forma econômica e em conformidade com os padrões éticos.

O Grupo, em concordância com a Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), expressou preocupação com a fragmentação dos componentes do sistema de responsabilidade, defendendo que o quadro atual evolua para um sistema integrado

e coerente. Enfatizaram a necessidade de fortalecer a ligação entre a responsabilidade institucional e a pessoal, transformando os relatórios de meras descrições narrativas em análises estratégicas que identifiquem falhas e medidas corretivas, inclusive com o uso de indicadores quantificáveis para promover uma cultura de eficiência.

Quanto à gestão orçamentária, o grupo sublinhou a importância de vincular claramente os recursos aos mandatos existentes, criticando mudanças nos documentos orçamentários que não contaram com a participação prévia dos Estados-membros.

O Grupo reiterou sua preocupação com os desafios persistentes na distribuição geográfica equitativa, cobrando medidas de responsabilização para gestores que não cumpram as metas geográficas estabelecidas em seus acordos de gestão (*compacts*).

Por fim, destacaram que o fortalecimento dos controles internos e da gestão de riscos é vital no contexto da Iniciativa ONU80, exigindo a implementação integral e oportuna das recomendações dos órgãos de supervisão e a responsabilização dos gestores em caso de descumprimento, conforme as orientações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informativa para os Estados-membros e partes interessadas no 11º Fórum multisetorial sobre ciência, tecnologia e inovação para os ODS (Fórum STI)

O G-77 e a China reafirmaram que a ciência, a tecnologia e a inovação (CTI) são elementos centrais para enfrentar as crises multidimensionais da humanidade e impulsionar as prioridades de desenvolvimento do Sul Global.

Citando o compromisso da Cúpula de Havana de 2023, o Grupo destacou a CTI como um motor indispensável para a produtividade, a competitividade e a integração dos países em desenvolvimento na economia global, sendo essencial para acelerar a Agenda 2030.

O grupo enfatizou que o progresso rumo a um futuro próspero depende da solidariedade internacional e do intercâmbio de conhecimentos, alertando que, embora existam avanços, os países em desenvolvimento ainda enfrentam fossos digitais profundos e multifacetados diante da rápida evolução tecnológica.

Nesse contexto, o Grupo reiterou a urgência de apoiar o fortalecimento das capacidades digitais do Sul Global por meio de investimentos robustos em infraestrutura e educação.

A declaração fez um apelo direto pela transferência de tecnologia em termos preferenciais e concessionais, além de pedir o reforço da cooperação internacional em pesquisa e inovação.

Por fim, o G-77 manifestou sua expectativa de participação no Fórum STI em maio, defendendo que o evento sirva como uma plataforma aberta para garantir que o desenvolvimento tecnológico seja verdadeiramente transformador, equitativo e coordenado, atendendo aos interesses dos países em desenvolvimento.



3 de março de 2026 – Declaração realizada por SE embaixadora Laura Dupuy, Representante Permanente do Uruguai junto as Nações Unidas, e presidente pró-tempore do G-77, durante a reunião do grupo de trabalho informal, ad hoc, sobre a revisão da implementação do mandato (IAHWG), convocado para ouvir comentários gerais em resposta à revisão da proposta de resolução.

Contexto

IAHWG (*Informal Ad Hoc Working Group on the Mandate Implementation Review*) ou Grupo de Trabalho Informal e Temporário para a Revisão da Implementação de Mandatos.

Em termos práticos, é o órgão encarregado de fazer uma "limpeza burocrática" na ONU.

Sua missão é revisar os milhares de mandatos (tarefas, relatórios e funções) aprovados pela Assembleia Geral ao longo das décadas e identificar o que se tornou:

Obsoleto: Tarefas que não fazem mais sentido no mundo atual.

Duplicado: Atividades que duas ou mais agências estão fazendo ao mesmo tempo.

Concluído: Projetos que já terminaram, mas que ainda constam formalmente na lista de obrigações da Secretaria.

Nesta declaração, o G-77 e a China manifestaram seu apoio ao rascunho da resolução, elogiando a condução no processo de reforma de mandatos.

O Grupo enfatizou que qualquer decisão sobre a criação ou extinção de mandatos é prerrogativa exclusiva dos Estados-membros, defendendo a preservação da natureza intergovernamental da ONU e a soberania das delegações em apresentar propostas.

Reconheceram a diversidade dos mandatos e das estruturas de governança, mas insistiram que essa mesma lógica de "diversidade" deva ser aplicada aos arranjos financeiros e administrativos, rejeitando fórmulas únicas de (*one size fits all*) para todo o sistema.

Quanto à implementação, o Grupo apoiou a mudança de foco de meras "atividades" para resultados e impacto reais, concordando também com a revisão da frequência de certas resoluções para gerar eficiência. No entanto, o G-77 pediu cautela sobre a proposta de transformar o atual Grupo de Trabalho (IAHWG) em um Grupo de Trabalho sobre Reforma de Mandatos, informando que ainda realiza consultas internas sobre essa mudança institucional.

Por fim, o Grupo defendeu que melhorias técnicas e administrativas solicitadas ao Secretário-Geral devem ter impacto orçamentário mínimo e reiterou que o objetivo final da reforma deve ser fortalecer a entrega dos mandatos, garantindo transparência e coerência sem ferir as regras de procedimento dos órgãos intergovernamentais.

Pontos de Tensão Identificados

- Soberania vs. Eficiência: O Grupo aceita melhorar o "ciclo de vida" dos mandatos, desde que isso não limite o direito dos países de criar novos mandatos.
- Institucionalização: A dúvida sobre transformar o grupo *Ad Hoc* (temporário) em algo permanente sobre "Reforma de Mandatos".
- Diversidade Operacional: A insistência de que a ONU não pode ser gerida por uma única regra rígida, dada a diferença entre agências técnicas e missões políticas.

26 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no primeiro diálogo informal sobre a revitalização dos trabalhos do 2º Comitê da AGNU. O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.

O **G-77 e a China** reafirmaram que o processo de revitalização do 2º Comitê deve ser liderado pelos Estados-membros e baseado no consenso intergovernamental, garantindo negociações transparentes e o direito de todas as delegações apresentarem propostas.

O Grupo enfatizou que o objetivo central desta revitalização deve ser o fortalecimento do desenvolvimento internacional e a aceleração da Agenda 2030, mantendo o foco absoluto na erradicação da pobreza em todas as suas formas. O Grupo alertou que, embora existam interligações com outros processos (como a revisão do ECOSOC e a iniciativa ONU80, a independência do mandato do 2º Comitê deve ser preservada para evitar o seu enfraquecimento.

Em relação ao roteiro de trabalho, o Grupo manifestou apoio às áreas de foco propostas pela Mesa, mas solicitou tempo suficiente para que as delegações apresentem documentos de posição antes da circulação do rascunho inicial (*Zero Draft*). Sobre os resultados esperados, o G-77 defendeu um cronograma de consultas e negociações detalhadas do texto, visando uma decisão consensual que reflita as prioridades dos países em desenvolvimento.

26 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 141 da agenda: gestão de recursos humanos, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China destacaram que a gestão de recursos humanos enfrenta um momento crítico devido às restrições de liquidez e às mudanças estruturais impostas pela Iniciativa ONU80.

O Grupo apoiou o monitoramento do programa de demissões voluntárias (*early separation*) iniciado em 2025, que já resultou em mais de mil desligamentos, mas cobrou do Secretariado uma estratégia de longo prazo mais clara, com metas quantificáveis que vão além do atual quadro de resultados. Um ponto de grande preocupação é a redução do quadro de funcionários (queda de 4,2% em relação a 2023), o que não deve, segundo o G-77, comprometer o equilíbrio institucional ou a representação geográfica equitativa.

Sobre a composição do Secretariado, embora tenha havido uma leve melhora no número de países não representados ou sub-representados, o Grupo criticou o alto volume de postos geográficos vagos e a baixa adesão de candidatos dessas nações. Reiteraram a meta de ter, pelo menos, 50% de seleções vinda de países sub-representados e defenderam o rejuvenescimento da força de trabalho, alertando que o envelhecimento dos quadros (média de 47,6 anos) e as restrições de contratação podem impedir a renovação necessária diante das aposentadorias previstas.

Quanto à paridade de gênero, reconheceram progressos, mas notaram que o índice de 43,1% de mulheres ainda está abaixo da faixa ideal, especialmente em operações de campo.

Por fim, o G-77 e a China reafirmaram a política de tolerância zero contra má conduta e comportamentos criminosos, apoiando o fortalecimento do sistema *ClearCheck 2.0*[7] para evitar a recontratação de infratores.

O Grupo alertou que as mudanças da Iniciativa ONU80 podem fragilizar os controles internos e aumentar riscos de má conduta, exigindo uma gestão de riscos mais rigorosa. Cobraram também maior eficácia na recuperação de perdas financeiras causadas por má conduta e finalizaram reafirmando que uma função pública internacional eficaz deve ser, acima de tudo, equilibrada e geograficamente representativa.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: Revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU – recuperação de custos durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e a China aplaudiram os esforços do Secretário-Geral para aumentar a transparência e a governança nos arranjos de recuperação de custos da ONU, destacando a atualização das diretrizes de políticas feita em abril de 2025 para reforçar a responsabilidade entre as entidades.

No entanto, o Grupo acompanhou as preocupações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) sobre a necessidade de maior clareza metodológica e monitoramento. O bloco enfatizou que é preciso fortalecer o rastreamento de custos, garantindo uma ligação direta entre recursos, carga de trabalho e prestação de serviços, de modo a evitar o subsídio cruzado e assegurar um tratamento equitativo entre as diferentes fontes de financiamento (orçamentos regulares e contribuições voluntárias).

Um ponto central da declaração foi a cobrança por maior transparência nos saldos acumulados de fundos. O Grupo solicitou que o Secretário-Geral acelere a revisão e a limpeza desses saldos, exigindo a devolução imediata dos superávits elegíveis aos Estados-membros.

Além disso, o G-77 criticou a ausência de opções de políticas para o uso de receitas de juros geradas, conforme solicitado anteriormente pela AGNU.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da agenda: Proposta de orçamento-programa para 2026 – progresso no funcionamento e desenvolvimento do sistema UMOJA, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e a China reafirmaram o papel central do sistema UMOJA[8] como pilar da modernização administrativa da ONU, destacando sua contribuição para a transparência e gestão baseada em dados em áreas como finanças, recursos humanos e planejamento estratégico.

[7] O ClearCheck é uma base de dados centralizada e compartilhada por todo o sistema das Nações Unidas (incluindo agências, fundos e programas) criada para evitar que a organização recontrate pessoas com histórico de má conduta grave.

[8] Umoja é a espinha dorsal digital da ONU.

O Grupo reconheceu os avanços técnicos recentes, incluindo a atualização do SAP[9], melhorias na arquitetura de recuperação de desastres e o fortalecimento das plataformas de análise de dados (Umoja Analytic).

No entanto, o grupo expressou preocupação, alinhada à visão da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) pela ausência de uma visão estratégica de longo prazo no relatório atual, insistindo que é essencial definir claramente os investimentos futuros, os modelos de governança e os benefícios esperados para garantir a sustentabilidade da reforma administrativa.

Em relação à próxima fase do sistema, o "NextGen ERP", o Grupo solicitou informações mais detalhadas sobre custos, cronogramas e interoperabilidade, enfatizando que a modernização tecnológica deve estar alinhada às prioridades dos Estados-membros e à eficiência na entrega de mandatos.

Outros pontos críticos levantados foram a segurança cibernética, a proteção de dados organizacionais e a necessidade de treinamento adequado para que as ferramentas de análise sejam utilizadas de forma equitativa.

Por fim, o G-77 e China cobrou maior disciplina de custos e transparência financeira, alertando que o modelo de financiamento do Umoja deve ser escalonável e capaz de se adaptar às mudanças estruturais trazidas pela Iniciativa ONU80, além de exigir que relatórios futuros incluam todas as informações anteriormente solicitadas pela Assembleia Geral.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 135 da agenda: orçamento-programa para 2025: situação da implementação da estratégia de tecnologia da informação e comunicação das Nações Unidas, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e China reafirmaram que a estratégia de TIC deve ser um motor essencial para a reforma administrativa e o cumprimento de mandatos, com transparência, eficiência e redução de custos para o Secretariado.

Embora o Grupo tenha reconhecido progressos em áreas como infraestrutura, governança de dados e inovação, expressou a mesma preocupação da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) de que os relatórios atuais ainda não demonstram plenamente os resultados em relação aos indicadores de desempenho estabelecidos, dificultando a comparação de progresso ano a ano.

Além disso, o bloco notou que pedidos anteriores da Assembleia Geral sobre estimativas de recursos e resultados claros foram apenas parcialmente atendidos, exigindo maior clareza na correlação entre projetos, cronogramas e metas estratégicas.

Nas questões de governança, o Grupo destacou que a conclusão do quadro de responsabilidade (*accountability framework*) é uma prioridade pendente, defendendo definições claras de funções e linhas de reporte. A estratégia de TIC também foi apontada como peça-chave para que a Iniciativa ONU80 seja mais eficaz.

[9] SAP refere-se à empresa de software alemã (e ao sistema desenvolvido por ela) que fornece a base tecnológica para o Umoja

Quanto à gestão orçamentária, o G-77 e a China pediram mais transparência nos gastos para evitar a fragmentação de recursos e incentivaram a diversificação de fornecedores, visando incluir empresas de países em desenvolvimento.

Por fim, o Grupo cumprimentou os avanços em Inteligência Artificial e governança de dados, ressaltando a necessidade de marcos que equilibrem a inovação com a segurança cibernética, a proteção de dados e os valores fundamentais da Organização.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 146 da agenda: Unidade conjunta de inspeção, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e China reafirmou seu apoio histórico à Unidade Conjunta de Inspeção (JIU) como o único órgão de supervisão externa independente com mandato para todo o sistema das Nações Unidas.

O Grupo destacou a importância de que as recomendações da Unidade sejam práticas e voltadas para o fortalecimento da responsabilidade e eficácia gerencial. Embora tenha reconhecido uma taxa significativa de aceitação das recomendações pelas organizações, o grupo expressou preocupação com a demora na implementação, notando que uma parcela considerável de orientações permanece pendente há mais de 10 anos.

Para remediar isso, o Grupo celebrou a modernização do sistema de rastreamento de recomendações via SharePoint, com lançamento previsto para o início de 2026.

Quanto ao plano de trabalho para 2026, o G-77 e a China valorizaram a inclusão de temas como desafios de financiamento, transformação digital e a revisão do "Modelo de Três Linhas" (gestão de riscos), vinculando este último à iniciativa ONU80.

Mais uma vez, o G-77 e a China ressaltaram a necessidade de a JIU formular recomendações específicas para combater a sub-representação geográfica nos quadros da ONU.

Por fim, o Grupo instou os Estados-membros a facilitarem o trabalho dos inspetores, inclusive com apoio consular e de viagens, e reforçou a necessidade de coordenação entre a JIU, o Comitê de Auditores e o Escritório de Serviços de Supervisão Interna (OIOS) para evitar a duplicação de esforços e maximizar as sinergias de supervisão.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos da 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O G-77 e China reafirmaram seu compromisso com uma condução transparente e inclusiva dos trabalhos da AGNU. O Grupo enfatizou que a eficiência dos trabalhos depende estritamente da entrega, em tempo hábil, de documentos pela Secretaria e pelo Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), exigindo que estes estejam disponíveis em todos os idiomas oficiais para garantir deliberações informadas.

No que diz respeito à Iniciativa ONU80, o bloco destacou que os cortes orçamentários aprovados devem ser acompanhados por um monitoramento transparente e baseado em evidências, garantindo que as medidas de eficiência não comprometam a continuidade operacional nem a gestão de riscos.

A agenda de trabalho priorizará a revisão da eficiência administrativa e financeira da ONU, abrangendo temas como prestação de contas (accountability), regras financeiras, compras e logística — além de tópicos orçamentários sensíveis, como a estratégia de TIC, padrões de viagens aéreas e a reforma do programa de estágios e da gestão de recursos humanos.

Por fim, o Grupo assegurou sua disposição para o diálogo construtivo, visando concluir a sessão de forma ordenada e dentro dos prazos estabelecidos.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Atuações Estratégicas do Movimento dos Não Alinhados (MNA)

1. Resposta à Escalada no Oriente Médio: Soberania e Multilateralismo

Diante da crise militar no Golfo Pérsico envolvendo Irã e Israel, o Gabinete de Coordenação do MNA intensificou seus esforços diplomáticos para salvaguardar o Estreito de Ormuz. Em nota oficial, o Movimento exortou as partes à “máxima contenção”, reafirmando a segurança da navegação como um bem público global que não deve submeter-se a disputas bilaterais. Fundamentado na revitalização dos Princípios de Bandung, especificamente o Princípio 7, de abstenção de atos de agressão, o MNA rejeitou coalizões unilaterais e defendeu uma segurança regional coordenada sob a égide das Nações Unidas.

2. Fortalecimento do Multilateralismo (Iniciativa ONU80)

Na sede da ONU, a atuação do grupo tem se concentrado no desdobramento do Pacto para o Futuro. O objetivo é garantir que a reforma do Conselho de Segurança transcenda o debate teórico e avance para negociações reais. O MNA monitora ainda a implementação da “revitalização da AGNU”, compromisso central assumido no marco dos 80 anos da ONU em 2025, buscando assegurar que o Sul Global mantenha sua autonomia decisória.

3. Engajamentos em Direitos Humanos e Tecnologia

Durante a 70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (março de 2026), o MNA coordenou posições para eliminar barreiras estruturais ao acesso à justiça, utilizando a cooperação Sul-Sul como motor de reforma legislativa. Paralelamente, o grupo vem se dedicando à governança da Inteligência Artificial, focando na proteção de direitos trabalhistas e na soberania tecnológica para evitar que a economia digital aprofunde as desigualdades entre as nações.

4. Agenda Econômica e Comercial na OMC (Yaoundé 2026)

Na 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), em Yaoundé, o MNA, em articulação com o G-77 e o Grupo Africano, assumiu uma postura de resistência ativa ao protecionismo dos países desenvolvidos. Alinhado à Declaração de Maputo, o MNA contestou o unilateralismo tarifário e as sanções econômicas, argumentando que tais medidas violam normas internacionais e sufocam investimentos no Sul Global.

A estratégia da Agenda Econômica e Comercial na OMC em três pilares:

- Restauração do órgão de apelação da OMC para neutralizar a "lei do mais forte" e garantir recursos legais contra barreiras injustas.
- Defesa inegociável do Tratamento Especial e Diferenciado (S&DT), essencial para subsídios à agricultura, pesca e segurança alimentar.
- Exigência de transferência de tecnologia real e marcos regulatórios que garantam que os dados gerados localmente beneficiem o desenvolvimento das próprias nações.

Como fiador do multilateralismo, o MNA sinaliza que, caso a OMC não se torne mais inclusiva, o bloco fortalecerá o comércio Sul-Sul como alternativa soberana ao sistema tradicional.

Análise Comparativa: MNA vs. G-77

Enquanto o MNA e o G-77 compartilham objetivos comuns, suas abordagens para março de 2026 apresentam nuances distintas:

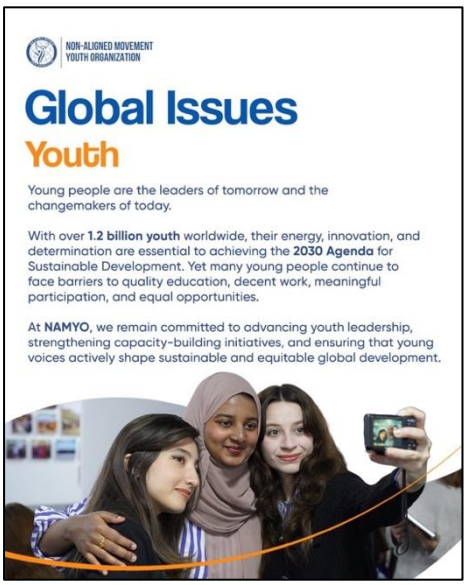
Organização	Foco Principal	Tom Diplomático
MNA	Segurança Marítima e Soberania Política	**Preservacionista:** Focado em evitar conflitos e interferência externa.
G-77	Inclusão Digital e Reforma Financeira	**Reivindicativo:** Focado em acesso técnico e justiça econômica.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

06 de março de 2026 – Nesta edição da série TEMAS GLOBAIS, o NAMYO destacou a importância de investir no empoderamento dos jovens, na expansão de oportunidades e no fortalecimento

da solidariedade global para garantir que as vozes jovens sejam ouvidas, valorizadas e que possam moldar o futuro de todos.



Os jovens são os líderes de amanhã e os agentes de mudança de hoje.

Com mais de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, sua energia, inovação e determinação são essenciais para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, muitos jovens continuam a enfrentar barreiras para ter acesso à educação de qualidade, trabalho digno, participação significativa e igualdade de oportunidades.

Na NAMYO, permanecemos comprometidos em promover a liderança jovem, fortalecer iniciativas de capacitação e garantir que as vozes jovens moldem ativamente o desenvolvimento global sustentável e equitativo.

23 de fevereiro de 2026 – durante a Cúpula da União Africana em Adis Abeba, o presidente da República do Burundi, **Évariste Ndayishimiye** assumiu formalmente a presidência da organização para o mandato de 2026.

Na ocasião, o Movimento Jovem dos não-alinhados felicitou a República do Burundi, desejando ao país todo o sucesso, guiando a agenda da UA e representando as aspirações das nações africanas nos palcos continental e global.

A NAMYO manifestou seu interesse em trabalhar em estreita colaboração com a União Africana, particularmente em iniciativas que promovam a liderança e o envolvimento dos jovens, fomentem a paz e apoiem o desenvolvimento sustentável.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Agenda Estratégica e Cooperação Internacional do Centro Sul no período

No início de março, o Diretor Executivo do Centro Sul cumpriu uma agenda diplomática de alto nível em Genebra, focada no fortalecimento da governança global equitativa e na consolidação de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da Aliança com a Índia Em audiência com o **Embaixador Sibi George**, Secretário (Ocidente) do Ministério das Relações Exteriores da Índia, foram discutidas as prioridades compartilhadas para a próxima reunião do Conselho de Representantes do Centro Sul. O encontro reafirmou o papel da Índia como pilar da cooperação Sul-Sul e a função do Centro Sul como braço técnico para garantir que as perspectivas das nações em desenvolvimento influenciem efetivamente os processos de tomada de decisão global.

Sinergia com a Agenda 2030 e Comércio Global No dia 10 de março, no Palais des Nations, o Diretor Carlos Correa participou do simpósio preparatório para a 9ª China International Import Expo (CIIE) e o Hongqiao International Economic Forum (HQF). O evento reuniu embaixadores e chefes de organizações internacionais para alinhar as contribuições desses fóruns aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A missão incluiu ainda rodadas de negociação técnica com a OMC, a UNCTAD e o Centro de Comércio Internacional (ITC), visando aprofundar a colaboração futura em prol de um sistema de comércio multilateral mais inclusivo e do fomento à inovação tecnológica no Sul Global.

Relatórios publicados

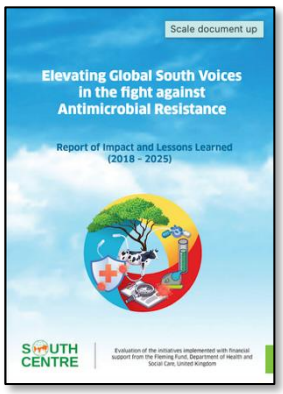


Relatório anual do Centro Sul de 2025

O Centro Sul realiza diversas atividades para apoiar os países em desenvolvimento com pesquisas orientadas para políticas públicas, contribuições e consultoria para negociações e capacitação.

Este relatório resume as atividades do Centro Sul em 2025 e destaca os contextos em que foram realizadas, bem como os objetivos buscados em sua implementação.

Para ler o relatório, clique aqui.



5 de março de 2026 – Relatório de Impacto e Lições Aprendidas (2018 – 2025) – Dando voz ao Sul Global na luta contra a Resistência Antimicrobiana –

Este relatório de impacto, mais recente do Centro Sul, consolida sete anos de trabalho (2018–2025) voltados para garantir que a luta contra a Resistência Antimicrobiana (AMR) não ignore as realidades e as limitações dos países em desenvolvimento.

O documento detalha o papel catalisador do South Centre em três frentes principais:

- **Governança Global:** Como o Centro Sul apoiou países de baixa e média renda (LMICs) a fortalecerem suas posições em processos de decisão, como na Declaração Política da ONU sobre AMR de 2024.
- **Discurso de Políticas:** A transição de uma visão puramente médica para uma abordagem que inclua o acesso e a equidade e enfatiza que, para o Sul, a resistência não é apenas uma questão de "uso excessivo" de antibióticos, mas também de falta de acesso a medicamentos de qualidade e saneamento básico.
- **Ação da Sociedade Civil:** O apoio a instituições de pesquisa e ONGs no Sul Global para criar campanhas de conscientização que façam sentido localmente, fugindo de fórmulas prontas desenvolvidas em países ricos.

Lições Aprendidas (2018–2025)

Uma das conclusões mais fortes do relatório é que a governança da AMR deve ser integrada à abordagem One Health (Uma só Saúde), mas com uma lente de justiça social.

Não basta criar novos antibióticos; é preciso garantir que eles sejam acessíveis e acessíveis para as populações mais pobres.

O fortalecimento da vigilância epidemiológica no Sul deve ser feito de forma que os países mantenham o controle sobre seus próprios dados de patógenos.

Este relatório complementa perfeitamente as críticas do South Centre à MC14 em Yaoundé. Enquanto na OMC o foco é a propriedade intelectual (TRIPS) e o comércio, este relatório de AMR mostra o impacto humano dessas políticas.

Ele serve como base técnica para o G-77 e o MNA argumentarem que a saúde pública e o desenvolvimento econômico são faces da mesma moeda.

Para ler o relatório, clique aqui.

Notas do Centro Sul

12 de março de 2026 – Contribuições do Centro Sul para o Comitê Intergovernamental de Negociação da Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional

A Reconfiguração da Governança Tributária Global: Da OCDE à Legitimidade da ONU

A transição da governança tributária da órbita da OCDE para o sistema das Nações Unidas, defendida pelo Centro Sul, sinaliza uma ruptura histórica com o chamado "multilateralismo de clube" em direção a uma arquitetura baseada na legitimidade universal. Esta movimentação expõe o persistente déficit democrático do quadro Inclusivo da OCDE, que operava como um mecanismo de "hegemonia suave", onde normas técnicas eram apresentadas como consensuais, mas invariavelmente preservavam os interesses fiscais das nações desenvolvidas e de suas empresas multinacionais.

Ao propor a institucionalização de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Tributação e uma Conferência das Partes (COP) com sistema de votação democrático, o Sul Global busca converter sua soberania formal em soberania operacional.

Essa mudança estrutural é fundamental para transformar os países em desenvolvimento de meros "tomadores de regras" (*rule-takers*) em protagonistas "formuladores de regras" (*rule-makers*). Trata-se de uma tentativa deliberada de redefinir a arquitetura financeira internacional

para que ela, enfim, reflita a multipolaridade econômica contemporânea e a justiça fiscal distributiva.

No campo da cooperação técnica, essa estratégia de resistência manifesta-se na defesa da Presença Econômica Significativa (SEP) como critério de nexo tributário.

A posição do Centro Sul desafia o paradigma tradicional de soberania territorial — que exigia a presença física de ativos ou pessoal para permitir a tributação e sua adaptação à economia intangível da era digital. Ao capturar lucros que anteriormente evadiam para jurisdições de baixa tributação através da economia de plataformas, o Sul Global busca estancar a erosão de suas bases tributárias.

Finalmente, a rejeição à arbitragem obrigatória e vinculante por terceiros constitui um pilar central dessa nova doutrina. Para o Centro Sul, tais mecanismos representam uma transferência indevida de jurisdição que privilegia investidores estrangeiros em detrimento do Estado Nacional. Em contrapartida, prioriza-se a prevenção cooperativa de disputas e o fortalecimento das capacidades administrativas locais, assegurando que o regime tributário global atue como um instrumento de desenvolvimento sustentável, e não como uma restrição à autonomia das políticas públicas das nações emergentes.

9 de março de 2026 – Vinte Perguntas Essenciais nos Documentos Preparatórios para a MC14

Vahini Naidu

Em nota recente, lançada no dia 6 de março de 2026, o Centro Sul fez uma crítica contundente à arquitetura da 14.ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), evidenciando uma tensão profunda entre o rigor procedimental das regras da OMC e a pressão política por resultados.

Essa nota, é na verdade um documento de "alerta vermelho" para as delegações do Sul Global. Ela foca não apenas no conteúdo, mas na arquitetura do processo para a MC14.

O Centro Sul argumenta que a forma como a conferência está sendo organizada, pode marginalizar os países em desenvolvimento antes mesmo das negociações começarem.

Os eixos centrais dessas "20 perguntas" e o que esperar da reunião sob essa ótica crítica:

1. Violação do Princípio "Geneva First" – O Centro Sul South questiona se o processo para esta Conferência. A preocupação é que documentos deliberadamente "abertos" ou ambíguos sejam levados para esta Conferência e que sejam tomadas decisões precipitadas e sob pressão política, o que historicamente prejudica delegações menores.

2. A "Presidência Dirigida" vs. Processo Dirigido por Membros – O Centro Sul questiona se a "transmissão" de textos, sem reuniões formais dos órgãos de negociação viola as regras de procedimento da OMC e o caráter democrático da organização.

3. Exigência de "Consenso Prévio" – Crítica para a exigência de que os membros devem "pré-garantir consenso" antes que seus textos possam ser sequer considerados para a Declaração Ministerial. Para o Centro Sul, isso inverte a lógica da OMC: o consenso deveria ser o resultado da negociação, não um pré-requisito para que as prioridades do Sul Global entrem na pauta.

4. Omissões Estratégicas (TRIPS e Agricultura) – O Centro Sul levanta dúvidas sobre porque temas de enorme relevância, como a reforma agrícola e a flexibilização de patentes

(TRIPS), estão sendo deixados em segundo plano em favor de “novos temas” (comércio digital, sustentabilidade) que interessam mais aos países desenvolvidos.

5. Transparência e “Invisibilidade” das Negociações – O Centro Sul questiona a falta de acesso a documentos reais (os chamados *Room Documents*), e discute a pertinência de “reuniões de gabinete” (Green Rooms) exclusivas, impedindo que a maioria dos países em desenvolvimento acompanhe o que está sendo decidido sobre o futuro do sistema multilateral.

Em suma, os questionamentos centrais residem na precariedade jurídica de conceitos ambíguos como endosso, termo que carece de respaldo legal no Artigo IX do Acordo de Marrakesh[10] ou nas regras de procedimento formais, na invisibilidade institucional do documento de reforma (JOB/GC/491) nas modalidades oficiais da conferência e no papel ativista da Diretora-Geral na coordenação de instâncias informais sem base legal clara.

Ao restringir o tempo para objeções formais na sessão de encerramento e limitar o debate nas plenárias de transparência, a governança proposta arrisca institucionalizar uma circularidade de consenso, onde o ato de endossar um plano de trabalho para reformar o sistema de votação pode, por si só, ser utilizado para legitimar a flexibilização indevida de salvaguardas soberanas essenciais ao Sul Global.

Para acessar o documento, clique aqui

[10] O Artigo IX do Acordo de Marrakesh é o pilar jurídico que define como as decisões são tomadas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele é o “coração procedimental” da organização